

GT47: Igualdade Jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Regina Lúcia da Fonseca

A proposta deste GT é acolher pesquisas empíricas, de inspiração etnográfica, a fim de promover discussões teórico-metodológicas principalmente voltadas para concepções de igualdade jurídica e de tratamento no sistema de administração de conflitos brasileiro, em especial no sistema judicial. A utilização do método comparativo em análises de diferentes sistemas nacionais e/ou internacionais será bem-vinda. Pesquisas em antropologia do direito têm identificado que é frequente, em tribunais brasileiros, a utilização de distintos critérios na condução de procedimentos semelhantes, bem como que não são raras instabilidades semânticas em relação a aspectos processuais centrais, como a produção e a análise de provas. Elas têm constatado confrontos entre diferentes concepções de igualdade e percebido que eles acentuam a percepção de arbitrariedades nos desfechos das causas, fazendo com que o sistema de justiça seja questionado ao apresentar e impor seus resultados. Assim sendo, este GT privilegiará trabalhos de inspiração etnográfica voltados para a descrição densa de práticas e concepções de atores sociais engajados em dinâmicas tais como: 1) produção de provas judiciais, 2) construção narrativa de fatos e seu registro em peças judiciais, 3) formação da convicção de juízes(as) e/ou jurados(as), 4) disputas argumentativas em que sentidos e juízos morais compõem decisões judiciais, 5) práticas judiciais e extrajudiciais operantes em diferentes instâncias do sistema de justiça.

Do "dever ser" ao "ser": uma análise sociojurídica da audiência de conciliação na comarca de barbalha/ce

Autoria: Natália Viana Nogueira

O presente estudo busca realizar uma análise do instrumento processual chamado "audiência de conciliação", previsto no ordenamento jurídico brasileiro e ainda mais evidenciado a partir do Código de Processo Civil. A partir dele, diversos debates sobre a melhor forma de manejo, implementação e institucionalização desse mecanismo foram intensificados, que pese a forte cultura brasileira de judicialização e litigiosidade dos conflitos (WATANABE, 2007). Não obstante, diversas compreensões se dispõem a observar esse instituto a partir de uma perspectiva apenas legalista. Abordagens que proporcionam questionamentos e discussões quanto ao "fazer judicial" em si, sendo realizadas pelos próprios membros do meio jurídico, ou seja, a ausência da aplicação de um caminho científico sociojurídico para compreensão desse recurso pode constituir uma falha limitadora quanto à perspectiva de identificação, implementação e melhoria. Por essa razão, objetiva-se, identificar, qual o desenho que o meio conciliatório da audiência ganha durante a sua realização através da perspectiva dos seus atores participantes. O Centro Judiciário de Resolução de Conflitos da comarca de Barbalha - CE servirá como campo para essa execução. É preciso, então, evidenciar as especificidades, individualidades e olhares que esses membros possuem sobre eles e sobre o próprio instrumento jurídico que estão se valendo, movimento que é indispensável para repensar esse fazer judicial a partir de uma óptica que considere não apenas o "dever ser", mas também o "ser". Buscar-se, ressaltar as trajetórias e experiências que fazem com o que cada agente desse ritual (SCHRITZMEYER, 2001) possua uma identidade e não seja referenciado apenas por um número processual (MAUSS, 2003). Nesse sentido, para além de uma explanação de como a conciliação é retratada por meio das obras jurídicas dogmáticas, também se valerá da compreensão sociojurídica do instrumento processual. Diante da aplicação metodológica de

uma observação participante será possível notar circunstâncias, atos e espaços que permeiam a sua realização e que não são identificados pelo primeiro caminho anteriormente apontado, que se funda, tão logo, apenas no "dever ser" (VASCONCELLOS; NUÑEZ, 2020). Esses pontos dialogam e interferem na construção e na forma de identificação da audiência frente aos seus interlocutores, evidenciando, para além de uma análise estritamente normativa, problemáticas e questões estruturais desse fazer. Através da observação participante (VALLADARES, 2007) e com a aplicação de entrevistas não-diretivas, se busca permear e vivenciar o espaço em que a audiência ocorre e ganha vida. Dentro dessa dinâmica, também pretende-se compreender quem são esses interlocutores, como eles interpretam esse recurso conciliatório.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

